

Artigo recebido em
20/03/2014

Aprovado em
10/05/2014

CARLA MONTUORI
FERNANDES

Centro Universitário de
Assunção e Universidade

Paulista –

carla_montuori@ig.com.br

Pós-doutora e doutora em

Ciências Sociais pela PUC-

SP. É membro do Núcleo

de Estudos em Arte, Mídia

e Política da PUC-SP e do

Grupo de Estudos em Mídia,

Pesquisa e Memória da UNIP.

GENIRA CHAGAS
CORREIA

Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo e

UNESP –

genirachagas@uol.com.br

Doutora em Ciências Sociais

pela PUC-SP e Mestre em

Comunicação e Semiótica

pela PUC-SP. É membro do

Núcleo de Estudos em Arte,

Mídia e Política da PUC-SP

e do Grupo de Estudos em

Mídia, Pesquisa e Memória

da UNIP.

Mídia jornalística como instrumento de ação política no Golpe Militar de 1964

Carla Montuori Fernandes e Genira Chagas Correia

Resumo

Aconteceu em 31 de março de 1964. O golpe civil militar que depôs o presidente João Goulart e decretou o obscurantismo por 21 anos não foi uma iniciativa ocasional como podem sugerir as aulas de História do ensino médio. Estava sendo gestado desde que João Goulart assumiu a presidência, deixada vaga pela renúncia de Jânio Quadros. Empresários e militares contrários aos planos políticos de Goulart, aliado à esquerda do espectro político-partidário, articularam uma intensa campanha para modelar a opinião pública em defesa da livre iniciativa e contra os ideais do governo nacional. Em grande medida, o sucesso da ação pode ser atribuído à adesão quase unânime da radiodifusão e dos veículos jornalísticos impressos. Este artigo objetiva problematizar a influência dos meios de comunicação como instrumento de ação política na construção de uma opinião pública favorável à intervenção militar no governo de João Goulart.

Palavras-chave

Comunicação de massa, mídia, opinião pública, golpe civil militar, política.

Abstract

It happened in March 31st, 1964. The military civil coup that deposed president João Goulart and decreed the obscurantism for 21 years was not a casual initiative as may suggest High School history classes. It was being gestated since João Goulart assumed the presidency, vacated by the resignation of Janio Quadros. Businessmen and militaries contrary to Goulart's political plans, allied to the left of the political party spectrum, articulated an intense campaign to shape public opinion in defense of free initiative and against national government's ideals. Mostly, the action's success can be attributed to the almost unanimous adhesion of broadcasting and printed journalistic media. This article aims to problematize the influence of mass communication as instruments of political action in the construction of a public opinion favorable to military intervention in João Goulart's govern.

Keywords

Mass communication, media, public opinion, military civil coup, policy.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, estabeleceu-se no mundo uma intensa disputa econômica, política, diplomática e ideológica pela conquista de zonas de poder. De um lado os Estados Unidos em defesa da livre iniciativa comercial. Do outro, a União Soviética em prol do comunismo. Na visão dos EUA e das elites política e econômica de perfil antinacionalista, o país não poderia se converter em outra Cuba no continente americano. Para esses atores, a influência exercida pelo Brasil na América Latina era um fato demasiado relevante a justificar uma intervenção nos rumos dos acontecimentos. A contenda se dava pela defesa de um Brasil capitalista, livre das influências ideológicas de Havana e China.

Para as elites política e econômica, os inimigos a serem combatidos eram o Presidente João Goulart, seu cunhado Leonel Brizola e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A posse de Goulart na presidência da República motivou a criação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), em novembro de 1961, e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ambos com fortes ligações com a Agência de Inteligência Norte-Americana (CIA). As reformas propostas por João Goulart, elaboradas ainda no governo de Juscelino Kubitschek, propunham mudanças bancárias, fiscais, urbanas, administrativas, agrárias e universitárias. O programa Federal visava a diminuição das desigualdades sociais e maior participação do Estado nas questões econômicas, por exemplo, regulando o investimento estrangeiro no país¹.

Esses empresários articularam o radicalismo de direita e patrocinaram a criação de entidades como IPES e IBAD, em estreito contato com a CIA, que lhe forneceu orientação, experiência e mesmo recursos financeiros, abundantemente, no esforço de corrupção e de intrigas, para influenciar nas eleições, impor diretrizes ao congresso, carcomer os alicerces do governo e derrocar o regime democrático. (MONIZ BANDEIRA, 2010, p.174).

IPES e IBAD formaram um sofisticado complexo político, com apoio de militares como Golbery do Couto e Silva, visando a desarticulação das propostas do governo ao mesmo tempo em que promovia os valores das elites. Dreifuss (2008, p.185) destaca que o complexo centralizado no Rio de Janeiro e em São Paulo formava um Comitê Nacional conjunto, coordenando outros estados.

A estratégia de ação do complexo contava com os grupos de levantamento e conjuntura, assessoria parlamentar, publicações/editorial, estudo e doutrina e opinião pública. Para o propósito desse artigo, de tratar da participação da mídia jornalística como ação política no golpe militar de 1964, será focado o Grupo de Opinião Pública (GOP).

Formalmente, as metas do grupo constituíam na disseminação dos objetivos e atividades do IPES por meio da imprensa falada e escrita, levando à opinião pública os resultados de sua pesquisa e estudos. A sua função manifesta era a manipulação da opinião pública por todos os meios disponíveis. Para dissimular o seu verdadeiro propósito, evitava-se o uso do termo opinião pública. Ao contrário, os ativistas do complexo IPES/IBAD falavam de divulgação e promoção. (...) Era tão importante o GOP que o General Herrera o considerava como a base de toda a engrenagem.

1- Para a compreensão das estratégias de grupos esquerdistas que atuaram no governo de João Goulart, razões que no entendimento da direita justificaram a operação de desarticulação que empreenderam, ver artigo A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular, de Jorge Ferreira, em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-0100008&script=sci_arttext

Da mesma forma, para o líder José Luiz Moreira de Souza, conquistar a opinião pública era a essência da ação política. (DREIFUSS, 2008, p.185)

Notas sobre a Opinião Pública

No volume três do *Cadernos do cárcere*, Gramsci (2007) sintetiza a importância de uma opinião pública e como ela pode ser uma peça importante nas disputas de poder. Em sociedades democráticas de matriz liberal, projetos de grande envergadura perdem força sem a aprovação da opinião pública.

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. (GRAMSCI, 2007, p.265).

No caso em análise, o golpe de 1964, a iniciativa de organização da opinião pública nacional partiu da oposição – empresários e setores da classe política, notadamente o Congresso Nacional – contra os projetos reformistas do Estado. Mas a ação política de organização da opinião pública se concretizou pelos meios de comunicação, sem os quais o projeto de conquista do Estado correria o risco de não ser vitorioso.

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isso existe luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública – jornais,

partidos, parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI, 2007, p.265).

Assim foi a ação de conquista da opinião pública pelo IPIS/IBAD. Dreifuss (2008) esclarece que, inicialmente, o GOP enviava milhares de cartas e telegramas e fazia chamadas telefônicas, incitando a opinião pública e fortalecendo as mensagens do

No golpe de 64, a iniciativa de organizar a opinião partiu da oposição, contra os projetos reformistas do Estado

complexo IPIS/IBAD. A atuação seguinte seria a ampla campanha pela imprensa e mobilização da classe média. Pretendia-se neutralizar as ações do Governo João Goulart e protelar a organização política das classes trabalhadoras industriais.

Ainda de acordo com Dreifuss (2008), o General Golbery do Couto e Silva assegurava que a falta de preparo ideológico do povo impediu o êxito do golpe de 1961. Assim, em agosto de 1962 criou-se uma unidade com a tarefa específica de preparar o público ideologicamente para a tomada do governo.

Sauvy (1966, p.99) argumenta que a opinião pública é tão poderosa que numerosos são os esforços no sentido

de modificá-la em determinada direção. Corroborando com Gramsci, Sauvy (1966) afirma que, para ser considerada uma força nacional, a opinião pública deve ter uma coerência, um ponto de apoio. Justamente o objetivo declarado do IPIS/IBAD. A coerência estava sendo forjada na disseminação de informações capazes de sustentar um ambiente contrário ao governo reformista.

Na criação de um discurso unificado e coerente, capaz de mobilizar a opinião pública e sustentar os objetivos da oposição, o complexo IPES/IBAD distribuía material em todos os meios de imprensa nacional. Segundo Cunha (2010), a campanha anticomunista promovida pelo consórcio dos dois institutos era tão ostensiva, que em 1962, o IBAD arrendou o jornal carioca *A Noite* para fazer propaganda direta aos leitores. Ainda segundo Cunha (2010), a partir de 1963, grupos de profissionais organizados divulgavam manifestos em favor da causa “democrática”, cuja agência de notícias *Planalto*, vinculada aos anticomunistas, os redistribuía gratuitamente a 800 emissoras de rádios e jornais do país.

O IPES gastou 10 milhões de cruzeiros para produzir 15 programas de TV para três canais diferentes. Eram entrevistas de questionários preparados pela entidade, com jornalistas de confiança e gente selecionada para responder sobre reforma agrária, custo de vida, democracia. Estavam escaladas neste time algumas personalidades gaúchas como o senador Mem de Sá, os deputados Daniel Faraco, Egydio Michaelsen e Raul Pilla, o prefeito Loureiro da Silva e o arcebispo dom Vicente Scherer. (CUNHA, 2010, p. 4).

O empresário de radiodifusão Assis

Chateaubriand havia sido procurado pelos generais Olímpio Mourão Filho e Nelson de Melo (MG) para dar apoio ao empreendimento. De pronto, o dono dos Diários e Emissoras Associados ordenou a João Calmon [jornalista chefe] que colocasse as suas rádios à disposição da Cadeia da Democracia. Carlos Lacerda, governador da Guanabara, era um dos seus mais influentes locutores.

Em 1962, o IBAD operava diariamente mais de 300 programas de rádio no horário nobre das principais cidades do país. A rede de mais de 100 estações ligadas a ele formava a ‘Cadeia da Democracia’, sob o comando do senador João Calmon, dos Diários Associados. (CUNHA, 2010, p. 5).

Sauvy (1966) adverte que a informação, a revelação e a instrução são a os meios típicos para criar uma opinião pública coerente. Esse conjunto de instrumentos pode ser neutro, tendo como fim unicamente a elevação do espírito pela instrução. Mas também pode ser parcial, a fim de reter apenas algumas situações. Na maioria das vezes a ação deformadora é empreendida para determinar uma atitude e um comportamento.

A informação parcial e particular completa-se, na maioria dos casos, com uma ação de ordem afetiva. Trata-se de exaltar os sentimentos que ditarão a atitude desejada. Em tal caso, desprezando o indivíduo, o propagandista esforça-se por apelar o menos possível para a sua reflexão e sua consciência, mas, ao contrário, forceja por criar neles reflexo condicionado. (SAUVY, 1966, p. 99).

O trabalho do IPES para conduzir a opinião pública a um consenso envolvia uma operação minuciosa de leitura da produção diária da imprensa do

país visando o acompanhamento da conjuntura econômica e política, bem como a compreensão do estado de espírito da população. Dreifuss (2008) assegura que a doutrinação geral visava apresentar as abordagens da elite aos responsáveis pelas decisões políticas e ao público em geral, assim como causar um impacto ideológico em públicos selecionados, entre eles os militares, a classe média, estudantes.

A elite atacava o comunismo, o socialismo, a oligarquia rural e a corrupção do populismo. No aspecto positivo, argumentava que a prosperidade do país e a melhoria dos padrões de vida do povo se deviam à iniciativa privada e não aos métodos socialistas ou à intervenção do Estado na economia. (DREIFUSS, 2008, p.249)

A operação de mídia consistia em uma ampla propaganda política para conduzir a população a aceitar o golpe militar. As técnicas mais empregadas compreendiam a divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados e propaganda. O envolvimento do IPES com a mídia não somente operava no sentido de divulgar os interesses das elites anticomunistas como também de bloquear indivíduos e programas desfavoráveis aos seus interesses. Em relação aos artistas, costuma negar apoio aos que não cooperassem ou agissem contra os programas, as linhas de raciocínio e as pessoas que o Instituto patrocinava.

Dreifuss (2008) cita o estreito relacionamento do IPES com os mais importantes jornais, rádios e televisões

nacionais, lembrando que representantes de alguns desses veículos eram também associados ao Instituto. A relação da mídia jornalística favorável à ação do IPES inclui, entre outros meios não menos importantes em todo o país, os *Diários Associados*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e o extinto *Jornal da Tarde*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Correio do Povo*, *O Globo*, a *Tribuna da Imprensa*, este de propriedade de Carlos Lacerda, o mais contundente militante anti-Jango.

Eram 'feitas' em *O Globo* notícias sem atribuição de fonte ou indicação de pagamento e reproduzidas como informação factual. Dessas notícias uma que provocou um grande impacto na opinião pública foi que a União Soviética imporia a instalação de um Gabinete Comunista no Brasil, exercendo todas as formas de pressões internas e externas para aquele fim. (DREIFUSS, 2008, p.250).

Em estreita sintonia com o IPES/IBAD, esses veículos de imprensa também mantinham sua própria e acirrada campanha editorial. No Grupo de Levantamento da Conjuntura, o IPES se certificava de que os editores dos mais importantes jornais dirigiam seus empreendimentos em consonância com o pensamento do Instituto.

Um fluxo constante de denúncias diárias era instrumentado pelo GOP. Através de associações de ideias fazia-se uma miscelânea de condenações a João Goulart, ao Partido Comunista, Tito, Mao, Cuba, uniões estudantis, sindicatos,

à reforma agrária, à estatização, ao Partido Trabalhista Brasileiro, corrupção, ineficiência e socialismo (DREIFUSS, 2008, p.281).

Em seus estudos, Lane e Sears (1966, p.134) descrevem que a História é um importante componente no desenvolvimento do pensamento irracional sobre um determinado tópico. Para eles, quando uma dada questão está em demasiado destaque na atenção do público, é consideravelmente mais provável aduzir opiniões irracionais. Neste sentido, o IPES fornecia material abundante à mídia jornalística, tratando do contexto político da época e exaltando temas como “democracia”, “iniciativa privada”, “sentimento cristão”. Em depoimento ao documentário *O dia que durou 21 anos*, Plínio de Arruda Sampaio, ativista político de esquerda, lembra que a

Análise da Conjuntura

No período entre a posse de João Goulart, em 1961 – que coincide com a institucionalização do IPES –, até março de 1964, a opinião pública foi bombardeada com informações em favor da “democracia” e da livre iniciativa capitalista; dos valores da família, da religião e da paz, de modo a criar um ambiente controverso. A tensão de oposição fomentada pelo IPES/IBAD explodiu em 19 de março de 1964, com a realização, em São Paulo, da *Marcha da família com Deus pela liberdade*.

Idealizada pelo deputado federal Antônio Silvio Cunha Bueno e organizada por diversos grupos, entre eles a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), União Cívica Feminina (UCF), Fraterna Amizade Urbana e Rural, com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a *Marcha* reuniu milhares de pessoas e foi considerada pela cúpula da oposição como a demonstração necessária de que a opinião pública não se oporia a uma intervenção militar no país.

O evento foi organizado em resposta ao comício realizado por João Goulart no dia 13 de março de 1964², considerado violento pela oposição. Os grupos femininos que a lideraram, os mais importantes do país, eram orientados politicamente pelo IPES/IBAD. Entre as atividades das donas de casa, constam a mobilização de esposas de militares, sindicalistas e funcionários públicos, utilizando discursos anticomunistas e um rosário como instrumentos.

A *Marcha da família com Deus pela liberdade* sintetiza a vitória dos esforços empreendidos pelo IPES/IBAD. Na ocasião, não somente houve

A opinião pública foi bombardeada com informações em favor da “democracia” e da livre iniciativa capitalista

ação do IPES se dava em todos os cantos do país. Filmes exaltando o anticomunismo e as virtudes da “democracia” eram exibidos em praça pública nas pequenas localidades; panfletos eram distribuídos nas fábricas, sindicatos; palestras eram proferidas nas escolas. Dia e noite as emissoras de rádio e televisão promoviam programas difamando Goulart.

2- Na ocasião, João Goulart assinou dois decretos pela desapropriação de terras numa faixa de dez quilômetros às margens de rodovias, ferrovias e barragens e transferindo para a União o controle de cinco refinarias de petróleo que operavam no país. Também prometeu realizar as chamadas reformas de base, uma série de mudanças administrativas, agrárias, financeiras e tributárias, que feriam os interesses da classe média e da elite. Discursando para cerca de 150 mil pessoas, Goulart antecipou a reforma urbana e a implementação de um imposto sobre grandes fortunas.

a mobilização de uma opinião pública contrária aos programas do governo, como também ali havia representantes dos diversos segmentos aliciados, entre eles empresários, políticos jornalistas, donas de casa, estudantes, dirigentes sindicais, padres camponeses, enfim, elementos de todas as classes e categoria da sociedade civil. Moniz Bandeira (2010, p.179) analisa o trabalho empreendido pelo IPES/IBAD como um inédito caso de corrupção na história do Brasil, com amplo financiamento da CIA.

A visibilidade da Marcha da família com Deus pela liberdade na mídia impressa

A manifestação popular que abriu caminho para a intervenção militar de 1964, inaugurando o período de 21 anos de ditadura no Brasil, foi orquestrada em resposta ao Comício da Central, realizado por João Goulart no dia 13 de março, na Guanabara, para anunciar suas propostas de reforma agrária, entre outras. Como já vinha ocorrendo desde 1961, a mídia jornalística não desperdiçou a oportunidade para reforçar a campanha de desconstrução da imagem do chefe da Nação e de seus aliados políticos, em nome da liberdade democrática.

Visando exemplificar a atuação da mídia jornalística no apoio à oposição anti-Jango, tema desse artigo, será realizada uma análise documental de reportagens veiculadas pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, no período de 13 a 20 de março de 1964, que compreende a cobertura da Marcha da família com

Deus pela liberdade, desde a organização até o acontecimento. O foco da análise jornalística apenas na Marcha justifica-se pelo fato de ser o desfecho de um trabalho de longo prazo de formação da opinião pública, como abordado anteriormente.

A escolha dos quatro jornais se explica pelo fato de pertencerem a grupos de comunicação com extensa visibilidade, fortemente ligados à elite econômica e política do país. Nesse sentido, deve-se reconhecer que o poder da mídia advém, tal qual elucidou Peruzzo (2004), da relação que os meios estabelecem com as classes dominantes, atuando como um dos principais constructos da hegemonia.

Na teoria da ação política, os veículos de notícia são tratados por Traquina (2001) a partir de uma visão instrumental, por servirem objetivamente a determinados interesses políticos. De outro lado, o pesquisador Azevedo (2006) sustenta a hipótese de que o alto grau de credibilidade dos meios de comunicação no Brasil, especialmente dos grandes jornais, está ligada a relação histórica da mídia impressa com as elites. A capacidade dos segmentos hegemônicos em agendar temas na imprensa faz com que a opinião pública seja influenciada por assuntos de interesse desses segmentos.

Como procedimento de análise, recorreu-se à pesquisa documental, método que favorece a observação dos processos de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008). Serão considerados reportagens, entrevistas, artigos de opinião e anúncios pesquisados nos acervos dos veículos mencionados.

A análise tem início a partir do anúncio das reformas estruturais durante o

Comício da Central, momento que exalta a percepção de radicalização política por conta da aliança do governo com a esquerda, considerada inadmissível para as elites econômicas e políticas. O evento representou o estopim para a oposição galvanizar a atenção do público, proclamando-se como combatentes anticomunistas.

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou, no mesmo dia do Comício da Central, um editorial com o título “Comício-provocação”, onde alertava para a necessidade de uma ação militar com a finalidade de intervir nos rumos antidemocráticos que o governo de João Goulart parecia seguir:

O comício de ontem, se não foi um comício de pré-ditadura, terá sido o comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio sr. João Goulart. Resta saber se as forças armadas, peça fundamental para qualquer mudança deste tipo, preferirão ficar com o sr. João Goulart, traíndo a Constituição e a pátria, ou permanecer fiéis àquilo que devem defender, isto é, a Constituição, a pátria e as instituições. Por sua tradição, elas não haverão de permitir essa burla. (Folha de S. Paulo, 14/03/64)

Na mesma linha editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo*, em matéria intitulada “O Presidente fora lei”, em 13 de março de 1964, alertava que as medidas de João Goulart feriam a Constituição e deveriam ser recebidas pelos cidadãos comuns com preocupação e apreensão. Todo o texto implicava a tentativa em denegrir a imagem do presidente, associando sua figura a de um líder subversivo e ditador.

No dia posterior ao Comício da Central, os jornais não cessaram o objetivo de desconstrução da imagem de Jango.

Com destaque nas editorias específicas, reportagem sobre a assinatura do decreto da SUPRA (Superintendência de Políticas Agrárias), realizada durante o comício, e a encampação das refinarias particulares de petróleo, somada à promessa de uma reforma constitucional, foram tratadas como parte de um plano para levar o país ao comunismo.

Na matéria intitulada “Violação da Lei”, o *Jornal do Brasil* divulgou as declarações dos deputados Pedro Aleixo e Bilac Pinto, que se pronunciavam contrários ao discurso do então deputado Leonel Brizola, aliado político e cunhado de João Goulart, por violar a lei de Defesa da Ordem Pública. Na fala de Pedro Aleixo, Goulart sujeitava as Forças Armadas, convocadas para o Comício, a uma situação vexatória, conforme segue:

Somente num país em que o Presidente da República está comprometido com a subversão da ordem e a destruição das instituições democráticas é que se poderia conceber que as Forças Armadas fossem submetidas à vergonha de uma convocação para que fossem testemunhas da negação da lei (Jornal do Brasil, 14/03/64).

O jornal *Folha de S. Paulo* também teceu críticas ao discurso de Leonel Brizola no editorial “JG surpreende o país: refinarias encampadas”, veiculada em 14 de março de 2013. A fala foi julgada como altamente subversiva, em função de o deputado citar a necessidade da criação de um congresso popular, formado por camponeses, sargentos e oficiais nacionalista. O periódico retratou a manifestação do Comício da Central como espaço público escolhido por Goulart e pelos líderes de esquerda para

propagar a falência das instituições e promover soluções revolucionárias, como o fechamento do Congresso. O periódico aludia que a campanha de Goulart em prol das reformas era a estratégia por meio da qual o presidente eliminaria o Congresso e destituiria a Constituição.

O jornal *O Estado de S. Paulo* veiculou um editorial intitulado “Impeachment e transferência do Congresso”, no qual mencionou manobras realizadas por deputados federais de São Paulo e do governador do Estado, cujo objetivo era a destituição do “sr. João Goulart”. A reportagem anuncia “que os políticos de São Paulo estão alarmados com as ostensivas ameaças de derrocada do regime, feitas no comício de anteontem na Guanabara,” conforme segue:

Julga-se que a hora não admite mais contemporações, tendo chegado o momento de uma ação decisiva, na qual o Congresso e as Forças Armadas deverão ser parte principal. Considera-se que as marcas foram desafiveladas e estão claros e definidos os objetivos do presidente da República, seu cunhado e dos comunistas, seus aliados: o poder a todo custo e qualquer preço (*O Estado de S. Paulo*, 15/03/64).

No dia 16 de março de 1964, o jornal *O Globo* publicou um editorial intitulado “O eco do Comício”, em que manifesta-se contrário a concentração popular envolvida no Comício da Central que, apesar de contar com cem mil participantes, não representava a nação, já que boa parte deles havia sido arrebanhada com pagamento pelos órgãos governamentais e pelo CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). A matéria ainda alertava sobre o perigo de um golpe

de Estado ao assemelhar o Comício da Central a “aqueles oriundos da Berlim, de Hitler, da Roma, de Mussolini, da Buenos Aires, de Perón e da Havana, de Fidel Castro”. (*O Globo*, 16/03/64).

Os eventos de organização da Marcha da família com Deus pela liberdade ganharam mais visibilidade em matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*, no dia 17 de março de 1964, com o título “Marcha da liberdade quer *impeachment* de JG”. A reportagem calcula a presença de aproximadamente duas mil pessoas em reunião que havia sido organizada na noite anterior, em uma residência na Rua Vanderlei, 185, na cidade de São Paulo. Canalizador da opinião pública, o periódico retrata a importância do apoio popular para derrocada do governo Goulart:

A residência tornou-se pequena, logo ao início da reunião, para acolher centenas de mães de família e homens dispostos a lançar as sementes de um movimento que, agora, visa até a fazer sentir ao Congresso Nacional a exigência de ser decretado o “*impeachment*” do sr. João Goulart. (*Folha de S. Paulo*, 17/03/64)

O Estado de S. Paulo, em 17 de março de 1964, traz uma editoria completa sobre a crise política enfrentada por Goulart no Congresso, sem qualquer menção à manifestação popular de organização da Marcha do dia anterior. Divulga apenas um anúncio, de cunho publicitário, no qual a população é convidada a participar da *Marcha da família com Deus pela liberdade*.

A divulgação da *Marcha* ganha novamente destaque no primeiro caderno do jornal *Folha de S. Paulo*,

com a reportagem intitulada “FIESP apela: empresários devem ir a Marcha da família”. A reportagem recorre para que a FIESP incentive as indústrias de São Paulo a facilitarem a presença dos seus funcionários na Marcha, agendada para o dia 19, às 16 horas, com início na Praça da República. A matéria também menciona mensagem enviada pela Associação das Irmãs de Anita Garibaldi, do Rio Grande do Sul, às entidades promotoras, conforme segue:

Estamos convosco, mulheres bandeirantes. Podem ficar certas que esposas e mães dos homens que nasceram livres também não admitirão aqui o triunfo dos bárbaros vermelhos, inimigos de nosso Deus e de nossa família. Avante para a praça pública para defender as liberdades por que tombaram os nossos heróis de Monte Castelo e de tantas lutas gloriosas (*Folha de S. Paulo*, 18/03/64).

Logo abaixo, o jornal estampa um texto publicitário de convocação à Marcha. Produzido pela União Cívica Feminina – conjunto de entidades e organizações femininas –, o anúncio era direcionado a mulher paulista, mãe paulista, esposa paulista e irmã paulista.

Outro comunicado, agora do Clube de Diretores de Lojistas de São Paulo, informa que, em função dos apelos da mulher paulista, seus associados cerrarão as portas no dia 19 – quinta-feira – às 16h30, a fim de prestigiarem o grande movimento democrático.

Apenas um dia antes, o jornal *O Estado de S. Paulo* fez referência a *Marcha da Família*, em reportagem intitulada “Delegações de mais de 300 municípios participarão da grande passeata pró-sobrevivência da democracia”. Apesar da

chamada do artigo evocar os riscos que a democracia e Constituição enfrentavam com as medidas do presidente, sr. João Goulart, a reportagem apenas retratou os encaminhamentos da manifestação, com a adesão dos municípios e políticos envolvidos, além da organização conferida por membros da sociedade civil.

No dia 19 de março, o jornal *Folha de S. Paulo* divulgou uma editoria com a chamada: “Hoje a Marcha em Defesa da Constituição”, em que descreve a mobilização em torno da manifestação, que já recebia inúmeros ônibus nas primeiras horas da manhã, com milhares de cidadãos de outras localidades. A reportagem deixa claro ao leitor o principal objetivo da *Marcha da família com Deus pela liberdade*:

O ponto alto do movimento deverá ser a leitura do Manifesto da Mulher Paulista. Para os organizadores do evento, cujo objetivo é demonstrar que, no âmbito nacional, a maioria do povo está disposta a defender, de qualquer maneira, o regime e a Constituição. (*Folha de S. Paulo*, 19/03/64)

O jornal *O Estado de S. Paulo* também veicula um texto publicitário, com a chamada “Participe da Marcha da família com Deus pela liberdade, hoje às 16 horas, da Praça da República para a Praça da Sé”.

No dia posterior à *Marcha*, os jornais impressos comemoram o sucesso da manifestação, em especial o jornal *Folha de S. Paulo*, com as matérias intituladas “São Paulo parou ontem para defender o regime” e “Povo, apenas povo”, ocupando o primeiro caderno.

A reportagem esclarece que a *Marcha* havia reunido uma multidão para protestar contra o comunismo e defender a Constituição e a Democracia.

Poucas vezes ter-se-á visto no Brasil tão grande multidão na rua, para exprimir em ordem um ponto de vista comum, um sentimento que é de todos, como o que ontem encheu o centro da cidade de São Paulo (...). Ali estava o povo mesmo, o povo, constituído pela reunião de todos os grupos que trabalham pela grandeza da pátria (...) (*Folha de S. Paulo*, 20/03/1964).

A narrativa jornalística apontava que a manifestação conservadora havia ganhado as ruas de São Paulo na mais ampla defesa pela Constituição:

A disposição de São Paulo e dos brasileiros de todos os recantos da pátria para defender a Constituição e os princípios democráticos, dentro do mesmo espírito que ditou a revolução de 32, originou o maior movimento cívico já observado em nosso Estado (...). (*Folha de S. Paulo*, 20/03/64)

Na mesma linha editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo*, em reportagem “Enquanto há liberdade” alerta que o evento mostrou a força popular empenhada em combater o comunismo, em nome da democracia e da lei:

Meio milhão de paulistanos e paulistas manifestaram ontem, em São Paulo, em nome de Deus e em prol da liberdade, mostrando repúdio ao comunismo e a ditadura e o apego a lei e a democracia”. (*O Estado de S. Paulo*, 20/03/64).

Tratada com entusiasmo pelos veículos de comunicação, a propagação do sucesso da *Marcha da família com Deus*

pela liberdade ocupou a agendas dos periódicos e terminou por legitimar o apoio da opinião pública à intervenção militar, que ocorreu onze dias depois, em 31 de março de 1964.

Considerações Finais

O golpe civil militar de 1964 começou a ser pavimentado anos antes, com a criação do IPES Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), cujo principal objetivo era promover a desestabilização do governo João Goulart junto à opinião pública.

Nesse sentido, as ações que redundaram na deposição do presidente constitucionalmente eleito não podem ser analisadas apenas como uma iniciativa de cunho militar, dissociada do contexto da disputa hegemônica de segmentos organizados da sociedade, no qual prevaleceram os interesses de blocos dominantes, detentores dos meios de produção e do poder econômico no país (DREIFUSS, 1986).

Para difundir os ideais de resistência ao governo Goulart, por conseguinte a urgência de sua derrubada, a mídia jornalística tornou-se aliada relevante para o funcionamento do complexo IPES/IBAD. A releitura dos editoriais dos periódicos escolhidos confirma a atuação desses meios como instrumento de ação política na mobilização da opinião pública para a urgência da derrubada do governo em nome da Constituição e da democracia.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Fernando A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 88-113.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CUNHA, Luiz Cláudio. Do golpe à redemocratização: os ventos da mídia na tormenta de 1964. *Observatório da Imprensa*, 26 jan. 2010. Armazém Literário. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ventos_da_midia_na_tormenta_de_1964. Acesso em 15 mar. 2014.

DREIFUS, René Armand. *164: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. V.3. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sergio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LANE, Robert E; SEARS, David O. *A Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

PERUZZO, Cicilia M.K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SAUVY, Alfred. *A opinião pública*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

TAVARES, Camilo; TAVARES, Flávio. *O dia que durou 21 anos*. Documentário. Distribuição: Pequi Filmes, 2013.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

Acervos on-line pesquisados:

Folha de S. Paulo. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

Jornal do Brasil. Disponível em <<http://www.jb.com.br/>>

O Estado de S. Paulo. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/>>

O Globo. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/>>

Este artigo e todo o conteúdo da **Estudos em Jornalismo e Mídia** estão disponíveis em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo>

Estudos em Jornalismo e Mídia está sob a Licença Creative Commons 2.5